



Licitação nº 039/2013 - Processo nº 0271/2013 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Setor requisitante: Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Pregoeiro: MÁRCIA ANDRADE ALVES

Equipe de Apoio: Cristiane Maria Ribeiro Alves

Bruno Alexandre Vissoto

Maria da Conceição Gabriche Siqueira de Menezes

Apoio Técnico: Fabiano de Melo Mendes

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que promoverá a presente licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo mencionados, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais de nº 13.994, de 18.09.2001, de nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 e 44.787, ambos de 18.04.2008, nº 45.902, de 28.01.2012, nº 44.630, de 3.10.2007, pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo critério de julgamento do **menor preço global**.

1. DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de Notebooks e acessórios, com suas licenças de uso de softwares, bem como assistência técnica durante o período de garantia, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital. Ata de Registro de Preços 013/2013.

2. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

2.1. As propostas serão recebidas até às **09h00min do dia 09.07.2013**, exclusivamente por meio eletrônico, através do sítio da internet www.licitacoes-e.com.br.

3. DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. A sessão pública será iniciada às **09h00min do dia 09.07.2013**.

3.2. A disputa será iniciada às **09h00min do dia 11.07.2013**.

3.3. Para todas as referências de tempo mencionadas neste Edital será observado o horário oficial de Brasília (DF).

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão credenciar-se junto ao Banco do Brasil S.A., coordenador do sistema de pregão eletrônico.

4.2. Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do sítio www.licitacoes-e.com.br, conforme instruções nele contidas.

4.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao coordenador do sistema ou ao Tribunal, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento do licitante junto ao coordenador do sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal ou do seu representante legal e a presunção da capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste Edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos de qualificação e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital devendo:

5.1.1. Encaminhar eletronicamente sua proposta de preço e,



5.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às demais exigências previstas neste Edital.

5.2. Não poderá participar da presente licitação o empresário individual ou a sociedade empresária:

- a) em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) estrangeiro(a);
- c) suspenso(a) de participar em licitação e impedido de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- d) declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) em processo de recuperação judicial ou falimentar;
- f) cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- g) que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993, observada a exceção prevista em seu § 1º.

5.3. Também não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor ou dirigente deste Tribunal ou o responsável pela licitação, nos termos do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.4. Será realizada consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP para verificação dos impedimentos.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta até a data e hora designadas para a abertura da mesma, consignando o **preço global do lote**, que deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, de acordo com o especificado neste Edital;

6.1.1. O licitante deverá declarar virtualmente o cumprimento de todos os requisitos de habilitação e conformidade de sua proposta com as exigências do instrumento convocatório.

6.1.2. Quando da incidência de ICMS, para atendimento ao disposto no Decreto nº 43.080/2002 e Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003, os fornecedores mineiros, exceto os optantes pelo Simples Nacional, deverão apresentar em suas propostas o **preço do produto cotado com ICMS**.

6.1.3. Nas etapas de classificação, lances e julgamento quanto à aceitabilidade dos preços serão utilizados os preços com ICMS, observando o disposto no subitem 9.3 deste Edital.

6.1.4. O licitante deverá descrever no campo “Informações Adicionais” a MARCA e o MODELO do produto ofertado.

6.2. Até o horário previsto para o término do encaminhamento das propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a anteriormente encaminhada.

6.3. A proposta não poderá impor condições ou conter opções, bem como apresentar qualquer elemento que possa identificar o licitante durante a fase da disputa.

6.4. O encaminhamento da proposta implica a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. No dia e horário indicados neste Edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública com a abertura e divulgação das propostas comerciais.

7.2. No transcurso da sessão pública, serão divulgadas em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelos licitantes, vedada a identificação dos mesmos.

7.3. O Pregoeiro examinará as propostas, classificando as que estiverem em conformidade com todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital ou que possuam qualquer elemento que possa identificar o licitante durante a fase da disputa.

7.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.



7.6. Após a classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances decrescentes, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas as regras de aceitação dos mesmos.

7.7. O Pregoeiro poderá acordar com todos os licitantes o percentual ou o valor de redução mínima entre os lances e o tempo máximo para sua formulação.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema.

7.10. O encerramento da fase de lances será por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

7.11. Não havendo oferta de lances pelos licitantes e ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio aleatório pelo próprio sistema.

7.11.1. Alternativamente, caso o sistema eletrônico não disponha de funcionalidade para sorteio, os proponentes, cujas propostas foram objeto de empate, serão convocados por meio do canal eletrônico da licitação para que seja realizado o sorteio presencial, em local a ser definido pelo pregoeiro.

7.12. Encerrada a fase de lances e ordenadas as ofertas, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido preço mais favorável, e subsequentemente decidir sobre sua aceitação.

7.13. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo-se da seguinte forma:

- a) a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, sob pena de preclusão do direito de desempate;
- b) não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.14. Ao final da disputa, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e quando for o caso, após negociação e decisão sobre a aceitação do lance de menor valor, o sistema eletrônico anunciará o detentor da melhor proposta.

7.15. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante detentor da melhor oferta que demonstre a exequibilidade de seus preços, observando o procedimento disposto no Decreto Estadual nº 44.786/2008.

7.16. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do seu ofertante, até a seleção de proposta que atenda ao Edital.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá início somente após comunicação formal pelo sistema eletrônico, *e-mail* ou via fax.

7.19. Caberá ao licitante a incumbência de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital.



8.2. A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira serão comprovadas por meio do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF ou pelo SICAF. O licitante deverá apresentar documentação atualizada para habilitação quando os documentos integrantes destes Certificados estiverem vencidos.

8.3. Os Certificados de Registro Cadastral poderão ser substituídos pelos documentos abaixo listados, válidos e regulares, os quais deverão obrigatoriamente ser apresentados, na hipótese de não constarem no CAGEF ou no SICAF.

8.3.1. Para a HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício;
- d) Certidão emitida por Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de ME ou EPP.

8.3.2. Para a REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no CPF (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, emitida há no máximo de 06 (seis) meses, se outro prazo de validade não constar do documento;
- c) Certificado de regularidade junto ao FGTS;
- d) Certidão de regularidade junto ao INSS;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

8.3.3. Para a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão de falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, assim apresentados:
 - 1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/1976 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - 2. Sociedades empresárias e não empresárias e sociedades submetidas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou outro órgão equivalente;
 - 2.1.** No caso de pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício;
 - 3. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou outro órgão equivalente;



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

4. O Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
5. O licitante deverá atender aos seguintes índices:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \text{MÍNIMO DE 1,0}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \text{MÍNIMO DE 1,0}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \text{MÍNIMO DE 1,0}$$

- 5.1. Os índices acima deverão ser demonstrados em memorial de cálculos assinado pelo licitante e pelo contador (constando o seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC), juntando-o ao balanço Patrimonial;
 - 5.2. Caso o licitante seja optante do Programa de Recuperação Fiscal, os efeitos das parcelas do REFIS deverão ser excluídos das demonstrações financeiras (passivo circulante e/ou passivo exigível a longo prazo e patrimônio líquido), de acordo com o art. 14 da Lei federal nº 9.964, de 10/04/2000 e com o Decreto Federal nº 3.431, de 24/04/2000.
 - 5.3. Na hipótese de atualização do balanço patrimonial, observado o disposto no item 8.3.3."b" neste Edital, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC).
- c) Patrimônio Líquido: O licitante deverá comprovar, por meio de Balanço Patrimonial, observada a faculdade disposta no item 8.3.3."b", que possui, até a data da apresentação da proposta, patrimônio líquido no valor mínimo de **R\$ 450.279,60 (quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)**;

8.3.4. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de notebooks ou computadores, sendo de no mínimo 600 (seiscentas) unidades, admitindo-se o somatório de atestados, sendo que pelo menos um atestado deverá constar no mínimo de 200 (duzentas) unidades.

8.3.5. "DECLARAÇÃO DE MENORES": declaração de inexistência, em seu quadro de pessoal, de trabalhadores menores, na forma do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo em anexo.

8.4. Todos os documentos, inclusive a Certidão de Falência ou Recuperação Judicial, terão sua validade verificada no dia previsto para a abertura da sessão. Inexistindo prazo de validade expresse, reputar-se-ão válidos por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados de sua expedição.

8.5. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro, a verificação das informações e a obtenção de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.

8.6. Os documentos solicitados pelo Pregoeiro deverão ser encaminhados por meio eletrônico, para o e-mail gecomp.coali@tjmg.jus.br, ou via fax (31) 3224.2816.

8.7. Todos os documentos e a proposta readequada deverão ser encaminhados em até 02 (duas) horas após a solicitação, podendo este prazo ser prorrogado, a critério do pregoeiro, visando à continuidade da sessão pública.

8.8. Em caso de dúvida quanto à autenticidade de qualquer documento, o Pregoeiro abrirá prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação da documentação original, sob pena de inabilitação.

8.9. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.



8.9.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal para as ME e EPP, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal, por igual período, dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

8.9.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 02 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

8.9.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.10. Suspensa a sessão para avaliação da documentação habilitatória ou para quaisquer outras diligências, o pregoeiro informará aos licitantes, via sítio de realização do pregão, através do “chat de mensagens”, o dia e horário que retornará a esse ambiente virtual para a continuidade da sessão.

8.11. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.12. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, cujo ofertante será declarado vencedor.

8.13. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

9.1. O licitante declarado vencedor, independente de alteração do valor da proposta inicial, deverá encaminhar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, Proposta Comercial Readequada conforme modelo constante em anexo.

9.2. A proposta comercial readequada poderá ser elaborada conforme modelo deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência e seus anexos quando for o caso e impressa em papel timbrado da empresa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam a exata compreensão de seu conteúdo, devendo constar os seguintes elementos:

- a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone, *e-mail* (se houver) e fax, bem como o nome do banco, número da conta e a respectiva agência na qual deseja receber seus créditos;
- b) especificações técnicas e outros elementos exigidos no Termo de Referência e demais anexos, de modo a identificar o objeto licitado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- c) preços unitário e total de todos os itens (quando houver) que compõem o lote em moeda corrente do País, em algarismos, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- d) preço total do lote em algarismos e por extenso;
- e) prazo da garantia do objeto;
- f) data e assinatura do representante legal do LICITANTE, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;
- g) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar do seu encaminhamento.

9.2.1. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário.

9.3. Na hipótese de fornecedor mineiro ser declarado vencedor do certame, caberá ao mesmo adequar os valores da proposta comercial, discriminando os preços COM ICMS e os preços SEM ICMS, inclusive aquele que se enquadrar no REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, ainda que não optante pelo SIMPLES.

9.3.1. Os valores SEM ICMS serão utilizados para fins de adjudicação e homologação da licitação.



9.3.2. Os licitantes mineiros optantes pelo Simples Nacional deverão anexar em suas propostas comerciais o documento hábil à comprovação desta opção.

10. DO RECURSO

10.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso.

10.1.1. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção do licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formulários próprios.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

10.4. O recurso terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o pregoeiro puder decidir de plano.

10.5. Os recursos serão decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis pela autoridade competente.

10.5.1. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O procedimento de adjudicação é atribuição do Pregoeiro, quando não houver recurso, ou, quando interposto, for acolhido pelo próprio Pregoeiro;

11.2. Decididos os recursos pela autoridade competente do Tribunal e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a própria autoridade adjudicará o objeto da licitação ao vencedor e homologará o processo para determinar a contratação;

11.3. Havendo ou não interposição de recurso, a homologação é atribuição da autoridade competente do Tribunal.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o Tribunal convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas na Ata, nos termos do Decreto Estadual nº 44.787, de 18 de abril de 2008.

12.2. Se o adjudicatário não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pelo Tribunal, caducará o seu direito à contratação.

12.3. A proposta do licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Tribunal conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.4. Após a publicação da Ata do Registro de Preços do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no Diário do Judiciário Eletrônico, poderá ser emitido Termo de Contrato dentro do prazo de validade do registro.

12.5. A Ata de Registro de Preços não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.6. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Tribunal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.



12.7. O Tribunal avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.8. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pelo Tribunal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.9. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no Diário do Judiciário Eletrônico – DJE.

12.10. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

12.11. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou documento equivalente, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

12.12. Ocorrendo o cancelamento previsto neste Item, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.13. Cancelados os registros, nos termos previstos neste Item, o Tribunal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.14. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

12.15. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Para fins de contratação, o Fornecedor deverá comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital por meio de documentos originais, os quais deverão ser enviados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do Tribunal.

13.2. De acordo com a necessidade do Tribunal o Fornecedor será convocado pela DIRSEP para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, na forma prevista em anexo, nesta Diretoria, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que formalmente solicitado e justificado durante o seu transcurso, mediante aprovação do Tribunal.

13.3. Quando o Fornecedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar o instrumento equivalente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4. O Contrato ou instrumento equivalente a ser firmado com o licitante vencedor incluirá as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, além de outras fixadas na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto licitado, conforme minuta em anexo.

13.5. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o Contrato com o Tribunal para qualquer espécie de operação financeira.

13.6. Os prazos, a forma de pagamento, de recebimento do objeto e, quando for o caso, os critérios de reajustes dos preços, são os previstos em anexo.

13.7. Antes da assinatura do contrato a Contratada deverá apresentar Declaração que demonstre que a mesma tem as condições de prestar os serviços de assistência técnica de garantia no Acordo de Nível de Serviços e localidades previstas do Contrato e rede de empresas autorizadas.

14. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos, ou impugnar o ato convocatório do pregão mediante petição, dirigida à GECOMP, devendo protocolizá-la na Rua Timbiras nº 1.802 – Centro - Belo Horizonte/MG, observado o horário de funcionamento do Tribunal.



14.1.1. Caberá à **Gerência de Compras de Bens e Serviços – GECOMP** decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da sua protocolização, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do edital ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.

14.1.2. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo previsto neste Edital, deverão ser encaminhados à GECOMP/COALI pelo e-mail gecomp.coali@tjmg.jus.br ou pelo fax (31) 3224.2816.

14.1.3. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 3249.8033 e 3249.8034.

14.1.4. As respostas a esclarecimentos, impugnações, recursos e a comunicação dos demais atos serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link “Licitações”, para conhecimento dos interessados, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

15. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, a qual será registrada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CAFIMP, por período de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Tribunal, sem prejuízo da multa prevista neste Edital, àquele licitante que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou documento equivalente;
- f) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- g) Cometer fraude fiscal.

15.2. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor adjudicado e, se não ocorrer a adjudicação, a multa incidirá sobre o valor estimado para a contratação.

15.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de desconto nos créditos eventualmente existentes junto à Administração, ou cobrança judicial.

15.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo.

15.5. Pelo descumprimento, total ou parcial, da execução do objeto desta licitação, o licitante estará sujeito à aplicação das sanções previstas na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo IV deste edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

16.2. É facultado ao Pregoeiro, no interesse da Administração:

- a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;
- c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

16.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.

16.4. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que justifique tal conduta, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros ou do próprio pregoeiro, mediante decisão escrita e fundamentada, de acordo com o art. 17 do Decreto Estadual nº 44.786/2008.



16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.6. Suspensão o expediente no Tribunal nas datas previstas, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.8. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo IA - Listagens das Regiões e Comarcas;
- Anexo II - (modelo) Declaração de Menor Empregado;
- Anexo III - (modelo) Proposta Comercial Readequada;
- Anexo IV - (Minuta) Ata de Registro de Preços;
- Anexo V - Minuta de Contrato.

16.9. Cópia deste Edital e informações sobre o andamento desta licitação estarão à disposição dos interessados no sítio www.tjmg.jus.br ou na **Rua dos Timbiras, nº 1.802 - Centro - Belo Horizonte/MG**.

16.9.1. A entrega da documentação do licitante deverá ser realizada no endereço supracitado.

16.10. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2013.

TJ 4060-0

Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Parte integrante e inseparável da Licitação nº 039/2013 e da Autorização de Compra

1. SETOR REQUISITANTE:

Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR.

2. OBJETO:

Constitui-se objeto desta Licitação o Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Notebooks e acessórios, com suas licenças de uso de softwares, bem como assistência técnica durante o período de garantia, conforme especificações deste Termo de Referência.

2.1. Especificações técnicas mínimas:

LOTE ÚNICO: NOTEBOOK TIPO PADRÃO
QUANTIDADE: 1.200 unidades
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS
2.1.1. Especificações: <ul style="list-style-type: none">a) Gabinete (peso): 2,5 Kg (incluindo bateria, HD e drive óptico instalado).b) Tela de matriz ativa, iluminada por LED, com área entre 14 e 15 polegadas.
2.1.2. Processador: <ul style="list-style-type: none">a) Arquitetura x86 com suporte a 32 e 64 bits;b) Mínimo de 2 núcleos;c) Suportar instruções de virtualização de CPU e I/O;d) Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador operando em sua capacidade máxima.
2.1.3. Medida de Desempenho: <p>O equipamento deverá atingir índice de, no mínimo, 4100 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark: (http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)</p>
2.1.4. Placa Principal: <ul style="list-style-type: none">a) Suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface);b) Chip de segurança TPM (Trusted Platform Module) versão 1.2 integrado à placa mãe e acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento.<ul style="list-style-type: none">i. Deverá ser do mesmo fabricante do notebook, ou fabricada sob sua especificação, com nome serigrafado, não sendo aceito o emprego de placas-mãe de livre comercialização no mercado.ii. A Placa-mãe deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a BIOS, permitir iniciar o notebook a partir de uma imagem (ISO) em um compartilhamento de rede ou CD, mesmo com o equipamento desligado;iii. Permitir ligar e desligar o notebook remotamente, com controle de acesso, em horários programados, independente do estado do sistema operacional;iv. O notebook deverá ter a capacidade de ser gerenciado mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet e usando NAT. As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante;



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

- v. Permitir acesso remoto via hardware, através de conexão TCP/IP, à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado, monitor e mouse, independente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador ofertado, com controle remoto total da BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional;
- vi. Permitir instalação de sistemas operacionais remotamente, com acesso remoto ao teclado e mouse além da visualização remota gráfica das telas de instalação.

2.1.5. Sistema Básico de Entrada e Saída – BIOS:

- a) Suporte a CMOS com EEPROM recarregável ou equivalente;
- b) Suporte a SMBIOS v 2.6 (System Management BIOS) ou superior;
- c) Atualizações de BIOS, quando existirem, deverão ser publicadas no site do fabricante do notebook;
- d) Possibilitar o registro de número de patrimônio do notebook e permitir a leitura por software de gerenciamento, inclusive remotamente mesmo com o notebook desligado, devendo estar energizado.
- e) Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido.
- f) A BIOS deverá ser implementada em memória “flash”, atualizável diretamente pelo microcomputador, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado.

2.1.6. Tela:

- a) Resolução nativa HD (1366x768) com 16 milhões de cores;
- b) Controle de brilho;
- c) Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo;
- d) Tratamento antireflexivo;
- e) A tela deverá permitir ser aberta em um ângulo de até 180º em relação ao restante do gabinete;
- f) Deverá ser compatível com o padrão DirectX 10.1.

2.1.7. Gabinete e Segurança:

- a) Possuir entrada específica para instalação de cabo com trava de fixação antifurto;
- b) Disponibilizar cabo de aço de segurança para trava de fixação antifurto;
- c) Possuir proteção no teclado contra derramamento de líquidos;
- d) Antena wi-fi de dupla-banda (Dual-Band) integrada;
- e) Deve ser fornecido cabo de rede Ethernet UTP com conectores RJ-45 pronto para uso (tamanho mínimo igual a 1,8 metros);
- f) Deverá possuir conector nativo e integrado na parte inferior para base de expansão do tipo *Docking Station*.
- g) Deverá suportar o uso de Leitor de Impressões digitais, com capacidade de substituir a senha para Logon por impressões digitais (com dispositivo integrado).

2.1.8. Memória:

- a) Possuir 4GB de memória RAM instalada;
- b) Módulos de memória RAM tipo DDR-3 de 1066 MHz ou superior, compatíveis com o barramento de memória da placa principal (quando aplicável);
- c) Deverá possuir expansibilidade de no mínimo 8GB.

2.1.9. Unidades de Armazenamento:

- a) Unidade de disco rígido interna com capacidade mínima de 320GB, padrão SATA, com



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS
velocidade mínima de 5.400 rotações por minuto; b) A unidade de disco deve possuir sistema de proteção lógica dos dados que suspenda as atividades de leitura e gravação em disco em caso de queda acidental (sensor de queda), com software de gerenciamento.
2.1.10. Unidade de Mídia Ótica: a) Uma unidade de DVD±RW, integrada; b) Deve ser fornecido software de gravação de CD e DVD.
2.1.11. Interfaces e Dispositivos Integrados: a) Placa de vídeo com 256 MB de memória compartilhada e conector VGA e DisplayPort (admitindo Mini DisplayPort), ou conector HDMI para monitor externo; b) Deverá possuir uma porta HDMI ou <i>DisplayPort</i> ou Mini DisplayPort; c) Controladora de rede Wireless em conformidade com o padrão IEEE 802.11 b/g/n (Wi-Fi), interna e integrada ao hardware, com chave liga-desliga que ative ou desative completamente a interface Wireless, com suporte ao mesmo no hardware e software presentes no equipamento; d) Interface de rede integrada, compatível com o padrão Gigabit Ethernet, configurável totalmente por software, PXE 2.1; e) Uma interface Bluetooth v2.0 ou superior integrada ao equipamento. Não serão aceitas adaptações com dispositivos USB; f) Uma interface dedicada para estação Dock; g) Uma porta Ethernet (RJ45); h) Suporte a IPsec e WOL; i) No mínimo 3 interfaces USB livres 2.0 ou superior (com no mínimo uma delas sendo 3.0), podendo uma delas ser USB/eSATA (combinadas); j) Microfone e alto-falante integrados; k) Câmera integrada ao equipamento com resolução mínima de 1.3 MP ou 720p HD; l) Dispositivo biométrico integrado ao equipamento para leitura de impressões digitais, com software para sua implementação e gerenciamento.
2.1.12. Teclado: a) Teclado padrão ABNT2 ou com 95% de correspondência com o padrão ABNT-2; b) O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT-2; c) Dispositivo apontador do tipo <i>touchpad</i> .
2.1.13. Mini Mouse: a) Dois botões e “scroll wheel”, ambidestro (simétrico); b) Tecnologia óptica com resolução de 400 dpi; c) Conexão USB, sem uso de adaptadores.
2.1.14. Alimentação Elétrica e Bateria: a) Adaptador de corrente/tensão, da mesma marca do fabricante do equipamento ou homologado pelo mesmo, com tensão de entrada 110/220 VAC com seleção automática de tensão de entrada e tensão de saída compatível com o notebook; i. O adaptador deve ter conexão de entrada padrão NEMA 5-15P ou NBR 14136:2002 – 10A; ii. Caso a conexão de entrada seja padrão NBR 14136:2002 – 10 A deverá ser fornecido um adaptador certificado (conforme exigência do Art. 3º da Portaria Inmetro nº 324,



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

de 21/08/2007) que permita a conexão em tomadas padrão NEMA 5-15R;

- a) Bateria de no mínimo 6 (seis) células.

2.1.15. Maleta para Transporte:

Maleta para notebooks, em couro, poliéster ou nylon, em cor escura, com bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar carregador e mouse, com alça removível. Deve pesar, no máximo, 1,4 Kg e possuir qualidade construtiva que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento.

2.1.16. Funções de Gerenciamento do Hardware:

- a) Recursos de controle de permissão através de senhas: uma para inicializar o notebook e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;
- b) Possuir capacidade de conexão remota através de rede TCP/IP, independente do estado do sistema operacional de forma a permitir a intervenção técnica remota;
- c) Possuir capacidade de inicialização remota via rede, a partir de imagem ou CD-ROM instalado na console da gerência, com acesso remoto das telas de reinicialização;
- d) Possuir recursos para leitura de inventário de hardware, permitindo a visualização remota de informações da placa-mãe, memória, processador e disco e inserção em campo editável do número de patrimônio, mesmo com o sistema operacional inoperante;
- e) Permitir o acesso remoto ao procedimento de inicialização e BIOS no notebook através da rede.

2.1.17. Software e Documentação Técnica:

- a) Licença de uso do Windows 7 Professional em Português 32 e 64 bits em regime OEM;
- b) Na hipótese de fornecimento de licença de uso do Windows 8 Professional em Português 32 e 64 bits em regime OEM, deverá ser permitido realizar o *downgrade* de fábrica para o Windows 7 (sem ônus para o Tribunal);
- c) Deverá ser fornecida até duas mídias em DVD de licença de uso do sistema operacional, válida para instalação de todos os notebooks adquiridos;
- d) Deverá ser fornecida imagem oculta em cada notebook fornecida pela Contratada com imagem customizada do TJMG;
- e) O equipamento deverá possuir drivers correspondentes a todas as interfaces instaladas no equipamento, de forma a permitir a perfeita configuração e funcionamento das mesmas;
- f) Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração, podendo ser disponibilizados no sítio da internet do fabricante.
Serão aceitos manuais em inglês, desde que seja fornecido, no mínimo, um guia de primeiros passos em português.
- g) Deverá ser fornecido software desenvolvido pelo mesmo fabricante que possibilite apagar de forma definitiva e irreversível todos os dados armazenados no disco rígido, permitindo o descarte seguro de seus equipamentos ou solução de retenção do disco rígido (caso haja necessidade de troca do disco rígido, o mesmo será mantido no TJMG).
- h) Deverá ser fornecido instalado ou disponibilizar na Internet, software do próprio fabricante que permita a verificação e instalação das últimas atualizações de todas as ferramentas e drivers disponíveis pelo fabricante e do sistema operacional (Windows).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

Deverá ser capaz de monitorar o sistema, realizar diagnósticos, emitir alertas e ajudar a reparar erros do sistema, ajudando assim a manter a saúde e segurança do sistema.

2.1.18. Compatibilidade:

Deverá ser comprovada a compatibilidade com os sistemas operacionais Windows 7 ou 8 Professional (arquiteturas x86 e 64 bits), mediante presença na lista Windows Catalog, mantida pela Microsoft, devidamente atualizada.

2.1.19. Responsabilidade Ambiental:

O modelo do equipamento ofertado deverá ser registrado no EPEAT (*Electronic Product Environmental Assessment Tool*) na categoria Gold comprovando que o equipamento atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação;

O modelo deverá apresentar certificado de compatibilidade eletromagnética IEC 61000, IEC 60950 e CISPR 2224 devendo estar identificado claramente o modelo do equipamento ou certificação equivalente fornecida pelo INMETRO ou órgão internacional específico que certifique compatibilidade eletromagnética.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:

3.1. Após a apuração da melhor oferta, o Pregoeiro poderá, mediante solicitação da Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR, área técnica responsável pela verificação das especificações técnicas do objeto desta licitação, suspender a sessão para a realização de diligências, que serão efetuadas através da análise de amostras, para comprovação dos requisitos técnicos exigidos.

3.1.1. Para comprovação dos requisitos técnicos exigidos serão utilizados pela Equipe Técnica da DIRFOR a seguinte ordem de relevância: sítio oficial do fabricante (Brasil), sítio oficial do fabricante (americano), catálogo oficial do fabricante, declaração do fabricante.

3.1.2. As declarações do fabricante somente serão aceitas caso seja possível a comprovação dos itens através de amostra específica do produto cotado ou realização de testes práticos pela Equipe Técnica de itens que sejam possíveis realiza-la ou anexados documentos técnicos, laudos e certificados de órgãos oficiais competentes.

3.1.3. Quando da fase de análise de amostra, a Equipe Técnica poderá confrontar as informações disponíveis e apresentadas pela licitante no item 3.1.2 para convalidar as especificações técnicas solicitadas.

3.1.4. Ocorrendo a solicitação prevista no subitem 3.1., a licitante detentora da melhor oferta deverá providenciar uma amostra para fins de comprovação dos requisitos solicitados.

3.1.5. No prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da solicitação do pregoeiro, o licitante deverá providenciar a entrega da amostra na DIRFOR, situada na Av. do Contorno, 629 - Bairro Floresta - CEP 130110-060 - Belo Horizonte/MG.

3.1.6. O pregoeiro comunicará aos demais licitantes a data, horário e local onde serão analisadas as amostras apresentadas, para que possam acompanhar todos os procedimentos, caso julguem necessário.

3.1.7. A amostra também poderá ser objeto de análise e verificação dos demais licitantes, somente no local disponibilizado pelo Tribunal, em data e hora a serem comunicados aos mesmos.

3.2. A área competente, após analisadas todas as amostras, emitirá parecer técnico ao Pregoeiro acerca da aceitabilidade ou rejeição das mesmas.

3.4. A não apresentação da amostra, conforme definido neste item, ensejará a desclassificação da respectiva proposta.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1. Não serão aceitos notebooks que foram descontinuados pelo fabricante no mercado.



- 4.2.** Deverão ser fornecidos os drivers adequados para todos os dispositivos para o sistema operacional Windows 7 em Português (Brasil).
- 4.3.** Os bens deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais lacradas, devendo estas estar identificadas por etiquetas onde constem o número de série.
- 4.4.** Será fornecida pelo TJMG uma imagem do disco rígido para ser replicada em todos os notebooks, iniciando-se após a entrega dessa imagem os respectivos prazos de entrega dos equipamentos.
- 4.5.** Em caso de descontinuidade devidamente comprovada de dispositivos que compõem os equipamentos, a CONTRATADA deverá propor outro modelo a ser avaliado e aprovado pelo Tribunal.
- 4.6.** O Tribunal poderá solicitar à CONTRATADA a entrega dos notebooks com a licença perpétua do sistema operacional na versão 32 ou 64 bits do Windows 7 Professional do tipo OEM.

5. DO LOCAL DE ENTREGA

- 5.1.** O prazo das entregas futuras será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento pelo fornecedor das Notas de Empenho dos respectivos pedidos.
- 5.2.** Os equipamentos deverão ser entregues na COPAT - Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário, localizada no Galpão Camargos, situado à rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30h.
- 5.2.1.** O fornecedor deverá agendar na COPAT, por meio dos telefones (31) 3419.9700, as entregas dos equipamentos, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.
- 5.3.** Por acordo entre as partes, o material poderá ser entregue parceladamente, observado o prazo máximo acima, ficando, entretanto, o pagamento condicionado à entrega da totalidade do objeto.

6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE GARANTIA

- 6.1.** A assistência técnica dos equipamentos será de responsabilidade da Contratada, inclusive no tocante aos custos, e será prestada por empresa autorizada pelo fabricante ou sua representante legal no Brasil.
- 6.2.** O prazo de garantia do Notebook será de, no **mínimo, 36 (trinta e seis) meses** contado a partir do recebimento definitivo do objeto pelo Tribunal, com limitação de substituição de bateria a partir do 13º mês, a qual poderá ser substituída até 4% (quatro por cento) de baterias em relação ao total de notebooks contratados.
- 6.3.** A assistência técnica durante o período de garantia utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo TRIBUNAL.
- 6.4.** O suporte de serviços compreenderá a prestação de manutenção técnica em garantia e de suporte técnico quanto ao uso de recursos do equipamento e quanto à solução de problemas.
- 6.5.** A assistência técnica durante o período de garantia será executada *on-site*, em qualquer dependência do TRIBUNAL, na Capital e Interior de Minas Gerais.
- 6.6.** Os serviços de assistência técnica durante o período de garantia serão realizados no horário de 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 6.7.** A Contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente conta de e-mail para abertura de chamados de suporte técnico.
- 6.7.1.** Para todos os chamados abertos, deverá ser fornecido ao Tribunal, protocolo ou número do chamado técnico da Contratada para controle, devendo ser fornecido ao Tribunal, em até no máximo 01 (uma) hora útil.
- 6.7.2.** O procedimento de abertura se dará através de envio de evento/mensagem de *e-mail* customizada e automatizada em solução própria informatizada do Tribunal, cujo modelo padrão deverá ser formalizado entre as partes.
- 6.7.3.** Deverão ser fornecidas obrigatoriamente pelo Tribunal as seguintes informações:
- a) Número de série do equipamento;
 - b) Defeito observado;
 - c) Usuário responsável pela abertura/solicitante;
 - d) Localização e endereço;
 - e) Número de chamado interno de registro no Tribunal;



f) Data de solicitação de chamado no Tribunal.

6.8. O prazo para solução será de no máximo 02 (dois) dias úteis para todas as Comarcas do Estado de Minas Gerais e localidades do TJMG da Capital (relação atualizada disponível no Anexo IA).

6.9. Considera-se prazo para solução do problema o período compreendido entre a abertura do chamado na Contratada e o término da solução, deixando o equipamento em condições normais de operação.

6.10. A Contratada deverá emitir um Relatório de Atendimento Técnico – RAT, para cada chamado de manutenção, atendido e concluído, no qual constem os horários de chamado, de início de atendimento e de conclusão dos serviços, o número da Ordem de Serviço, bem como a identificação dos equipamentos que apresentarem defeito, incluindo o patrimônio do TJMG, número de série, serviços executados, solução aplicada, responsável pelo serviço e quaisquer outras anotações pertinentes.

6.10.1. Em periodicidade a ser acordada entre as partes, cópia digital de cada Relatório de Atendimento Técnico individualizada deverá ser encaminhada pela Contratada ao TJMG. Deverá também ser encaminhada planilha eletrônica contendo número de série do equipamento, número do chamado da Contratada e data/hora de encerramento do chamado para fins de encerramento em sistema próprio do TJMG (caso a mesma não opte pelo item 6.10.3).

6.10.2. Quando do encerramento de quaisquer chamados pela Contratada em sua solução informatizada própria, a mesma deverá providenciar neste instante, a customização e envio de evento/mensagem de e-mail customizada para conta de e-mail do Tribunal. Este procedimento deverá ser formalizado entre as partes.

6.10.3. À critério da Contratada, alternativamente ao item 6.10.2, poderá utilizar de sistema próprio do Tribunal, para que os chamados serão encerrados com preenchimento das informações de solução, data, técnico que efetuou o encerramento, no ato do seu encerramento no local de atendimento.

6.11. Constatada a necessidade de remoção do equipamento das instalações do TJMG, a Contratada deverá substituí-lo imediatamente por outro idêntico ou superior, instalar todo o software e configurá-lo adequadamente, sem qualquer ônus para o TJMG, sendo que quando do retorno do equipamento original, deverá ser restabelecida de igual forma as configurações originais.

6.12. Independente da substituição mencionada no parágrafo anterior, a Contratada deverá substituir definitivamente o equipamento por outro idêntico ou superior ao original, novo, sem ônus para o TJMG, caso os vícios constatados não sejam sanados no período de até 30 (trinta) dias úteis contados da abertura do chamado de assistência técnica.

6.13. Deverá ser garantida uma disponibilidade de 90% (noventa por cento) no funcionamento dos equipamentos para cada 03 (três) meses consecutivos. A cada mês, será levantado o índice de disponibilidade de cada equipamento instalado dos últimos 03 (três) meses. Os equipamentos que não atingirem a meta de 90% de disponibilidade poderão ser substituídos a critério do Tribunal por outros de características e especificação idênticos, novos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de notificação pelo Tribunal. Para efeito do cálculo de disponibilidade dos equipamentos será considerado o período compreendido entre 08h00min e 18h00min, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

6.14. Detectada a necessidade de troca de disco rígido, é de responsabilidade da Contratada a:

- a) reconfiguração de novo disco com o padrão de imagem definido pelo TRIBUNAL;
- b) contato com Equipe de Suporte especializada do TRIBUNAL de forma a possibilidade por parte de técnico da Contratada a configuração de políticas de rede e de acesso para garantir o pleno funcionamento do notebook.

7. DEVERES DO CONTRATADO:

7.1. Efetuar a entrega do objeto no prazo estipulado, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital.

7.2. Comunicar à GEOPE, em até 02 (dois) dias do prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, se for o caso, informando a nova data de entrega, para avaliação pelo Tribunal.



7.3. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a sua substituição, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contado da data da notificação do dano.

7.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto.

7.5. Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Demonstrar e capacitar Equipe Técnica do Tribunal na utilização dos recursos de Gerenciamento Remoto dos notebooks (Item 2.1.16) e Softwares (Item 2.1.17), relacionados em Especificações Técnicas, em data devidamente agendada em até 30 (trinta) dias após o início do Contrato.

7.7. Antes da assinatura do contrato a Contratada deverá apresentar Declaração que demonstre que a mesma tem as condições de prestar os serviços de assistência técnica de garantia no Acordo de Nível de Serviços e localidades previstas do Contrato e rede de empresas autorizadas.

8. DEVERES DO TRIBUNAL:

8.1. Receber o objeto que atender aos requisitos deste Termo de Referência e do Edital.

8.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, que estará condicionado ao fornecimento total das quantidades solicitadas em cada entrega.

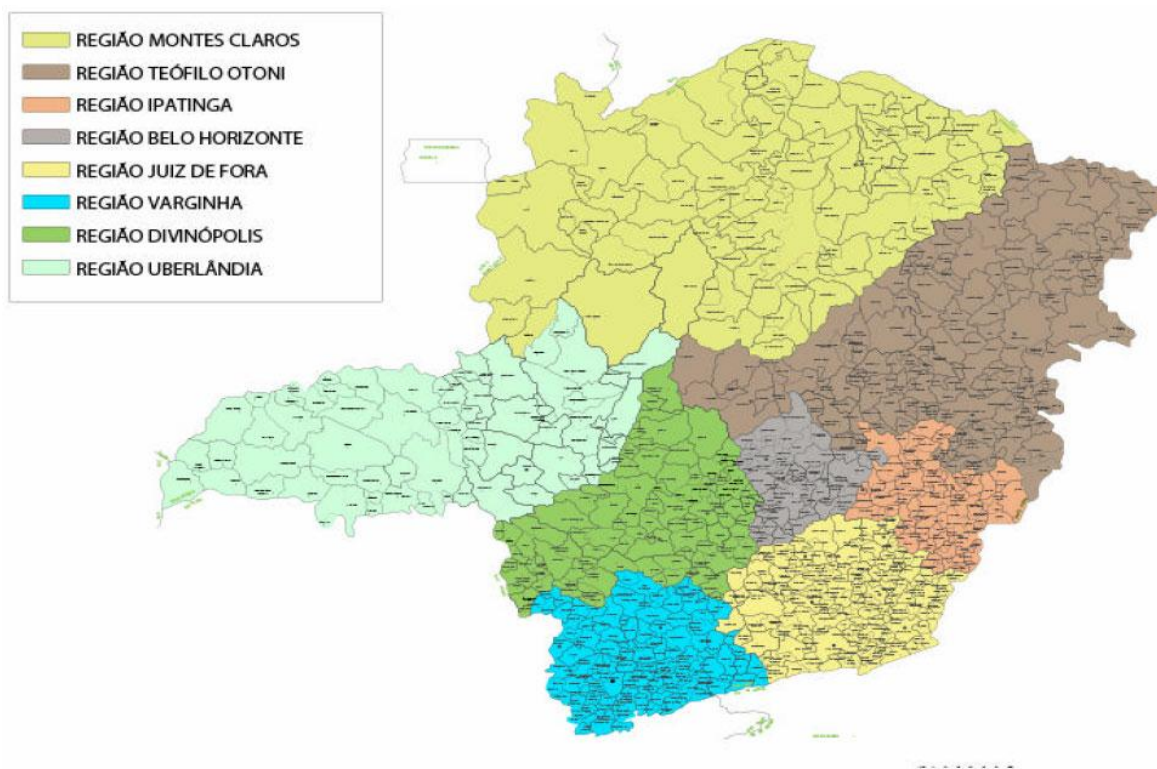
8.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, indicando as razões da recusa.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 40 (quarenta) meses.



ANEXO IA – LISTAGENS DAS REGIÕES E COMARCAS



Região A - Belo Horizonte (Cidade Base) Nº de Comarcas: 26	Região B - Uberlândia (Cidade Base) Nº de Comarcas: 33
1. Barão de Cocais 2. Belo Horizonte 3. Belo Vale 4. Betim 5. Bonfim 6. Brumadinho 7. Caeté 8. Contagem 9. Esmeraldas 10. Ibirité 11. Igarapé 12. Itabira 13. Itabirito 14. Jaboticatubas 15. Lagoa Santa 16. Matozinhos 17. Nova Lima 18. Paraopeba 19. Pedro Leopoldo 20. Ribeirão das Neves 21. Sabará 22. Santa Bárbara 23. Santa Luzia 24. Santa Maria de Itabira 25. Sete Lagoas	1. Araguari 2. Araxá 3. Campina Verde 4. Campos Altos 5. Canápolis 6. Capinópolis 7. Carmo do Paranaíba 8. Conceição das Alagoas 9. Conquista 10. Coromandel 11. Estrela do Sul 12. Frutal 13. Ibiá 14. Itapajipe 15. Ituiutaba 16. Iturama 17. Monte Alegre de Minas 18. Monte Carmelo 19. Nova Ponte 20. Patos de Minas 21. Patrocínio 22. Perdizes 23. Prata 24. Presidente Olegário 25. Rio Paranaíba



Região A - Belo Horizonte (Cidade Base) Nº de Comarcas: 26	Região B - Uberlândia (Cidade Base) Nº de Comarcas: 33
26. Vespasiano	26. Sacramento 27. Santa Vitória 28. São Gotardo 29. São Gonçalo do Abaeté 30. Tiros 31. Tupaciguara 32. Uberaba 33. Uberlândia

Região C - Montes Claros (Cidade Base) Nº de Comarcas: 33	Região D - Ipatinga (Cidade Base) Nº de Comarcas: 26
1. Arinos 2. Bocaiúva 3. Bonfinópolis de Minas 4. Brasília de Minas 5. Buenópolis 6. Buritis 7. Coração de Jesus 8. Espinosa 9. Francisco Sá 10. Grão-Mogol 11. Jaíba 12. Janaúba 13. Januária 14. João Pinheiro 15. Manga 16. Mato Verde 17. Mirabela 18. Montalvânia 19. Monte Azul 20. Montes Claros 21. Paracatu 22. Pirapora 23. Porteirinha 24. Rio Pardo de Minas 25. Salinas 26. São Francisco 27. São João da Ponte 28. São João do Paraíso 29. São Romão 30. Taiobeiras 31. Unaí 32. Várzea da Palma 33. Vazante	1. Abre-Campo 2. Açucena 3. Alvinópolis 4. Belo Oriente 5. Bom Jesus do Galho 6. Carangola 7. Caratinga 8. Coronel Fabriciano 9. Divino 10. Espera Feliz 11. Ferros 12. João Monlevade 13. Ipanema 14. Ipatinga (Cidade Polo) 15. Jequeri 16. Lajinha 17. Manhuaçu 18. Manhumirim 19. Mesquita 20. Mutum 21. Nova Era 22. Raul Soares 23. Rio Casca 24. Rio Piracicaba 25. São Domingos do Prata 26. Timóteo



Região E - Teófilo Otoni (Cidade Base) Nº de Comarcas: 46	Região F - Juiz de Fora (Cidade Base) Nº de Comarcas: 46
1. Água Boa 2. Águas Formosas 3. Aimorés 4. Almenara 5. Araçuaí 6. Capelinha 7. Carlos Chagas 8. Conceição do Mato Dentro 9. Conselheiro Pena 10. Corinto 11. Coroaci 12. Curvelo 13. Diamantina 14. Galiléia 15. Governador Valadares 16. Guanhães 17. Inhapim 18. Itabirinha de Mantena 19. Itamarandiba 20. Itambacuri 21. Itanhomi 22. Itaobim 23. Jacinto 24. Jequitinhonha 25. Joáima 26. Malacacheta 27. Mantena 28. Medina 29. Minas Novas 30. Nanuque 31. Novo Cruzeiro 32. Padre Paraíso 33. Peçanha 34. Pedra Azul 35. Resplendor 36. Rio Vermelho 37. Rubim 38. Sabinópolis 39. Santa Maria do Suaçuí 40. São João Evangelista 41. Serro 42. Tarumirim 43. Teófilo Otoni 44. Três Marias 45. Turmalina 46. Virginópolis	1. Além Paraíba 2. Alto Rio Doce 3. Andrelândia 4. Barbacena 5. Barroso 6. Bicas 7. Carandaí 8. Cataguases 9. Congonhas 10. Conselheiro Lafaiete 11. Entre-Rios de Minas 12. Ervália 13. Eugenópolis 14. Guarani 15. Juiz de Fora 16. Lagoa Dourada 17. Leopoldina 18. Lima Duarte 19. Mar de Espanha 20. Mariana 21. Matias Barbosa 22. Mercês 23. Miradouro 24. Miraí 25. Muriaé 26. Ouro Branco 27. Ouro Preto 28. Palma 29. Piranga 30. Pirapetinga 31. Ponte Nova 32. Prados 33. Resende Costa 34. Rio Novo 35. Rio Pomba 36. Rio Preto 37. Santos Dumont 38. São João del-Rei 39. São João Nepomuceno 40. Senador Firmino 41. Teixeiras 42. Tocantins 43. Tombos 44. Ubá 45. Viçosa 46. Visconde do Rio Branco



Região G - Divinópolis (Cidade Base) Nº de Comarcas: 48	Região H - Varginha (Cidade Base) Nº de Comarcas: 58
1. Abaeté 2. Alpinópolis 3. Arcos 4. Bambuí 5. Bom Despacho 6. Bom Sucesso 7. Campo Belo 8. Candeias 9. Carmo da Mata 10. Carmo do Cajuru 11. Carmo do Rio Claro 12. Carmópolis de Minas 13. Cássia 14. Cláudio 15. Divinópolis 16. Dolores do Indaia 17. Formiga 18. Guapé 19. Ibiraci 20. Iguatama 21. Itaguara 22. Itamogi 23. Itapeçerica 24. Itaúna 25. Jacuí 26. Lagoa da Prata 27. Luz 28. Mateus Leme 29. Martinho Campos 30. Monte Santo de Minas 31. Morada Nova de Minas 32. Nova Resende 33. Nova Serrana 34. Oliveira 35. Papagaios 36. Pará de Minas 37. Passa-Tempo 38. Passos 39. Pitangui 40. Piumhi 41. Pompéu 42. Pratápolis 43. Santo Antônio do Amparo 44. Santo Antônio do Monte 45. São Gonçalo do Pará 46. São Roque de Minas 47. São Sebastião do Paraíso 48. São Tomás de Aquino	1. Aiuruoca 2. Alfenas 3. Andradas 4. Areado 5. Baependi 6. Boa Esperança 7. Borda da Mata 8. Botelhos 9. Brasópolis 10. Bueno Brandão 11. Cabo Verde 12. Cachoeira de Minas 13. Caldas 14. Camanducaia 15. Cambuí 16. Cambuquira 17. Campanha 18. Campestre 19. Campos Gerais 20. Carmo de Minas 21. Caxambu 22. Cristina 23. Cruzília 24. Conceição do Rio Verde 25. Elói Mendes 26. Extrema 27. Guaranésia 28. Guaxupé 29. Jacutinga 30. Itajubá 31. Itamonte 32. Itanhandu 33. Itumirim 34. Lambari 35. Lavras 36. Machado 37. Monte Belo 38. Monte Sião 39. Muzambinho 40. Natércia 41. Nepomuceno 42. Ouro Fino 43. Paraguaçu 44. Paraísópolis 45. Passa-Quatro 46. Pedralva 47. Perdões 48. Poço Fundo 49. Poços de Caldas 50. Pouso Alegre



Região G - Divinópolis (Cidade Base) Nº de Comarcas: 48	Região H - Varginha (Cidade Base) Nº de Comarcas: 58
	51. Santa Rita de Caldas 52. Santa Rita do Sapucaí 53. São Gonçalo do Sapucaí 54. São Lourenço 55. Silvianópolis 56. Três Corações 57. Três Pontas 58. Varginha



ANEXO II - (MODELO) “DECLARAÇÃO DE MENOR”

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

(Licitação nº 039/2013)

_____(inserir a razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____(nome do representante), portador(a) do Documento de Identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei a situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do responsável pela empresa

Nome do responsável pela empresa

PESSOA FÍSICA

(Licitação nº 039/2013)

_____(nome do licitante), portador(a) da Documento de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, a situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do responsável

Nome do responsável



ANEXO III - (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

Pregão nº: 039/2013

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Notebooks e acessórios, com suas licenças de uso de softwares, bem como assistência técnica durante o período de garantia, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital. Ata de Registro de Preços 013/2013.

Razão Social:		
CNPJ:	CRC:	
Endereço (Logradouro, número, Bairro, Cidade, UF, CEP):		
Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Nome e nº da agência:	Conta Bancária:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (indicar marca, referência, procedência e outros elementos que identifiquem o produto cotado, conforme Termo de Referência)	Quant.	Valor com ICMS		Valor sem ICMS*	
			Valor Unit.	Valor Total	Valor Unit.	Valor Total
ÚNICO						

(*) Somente para fornecedores mineiros (Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 3.458/2003).

- Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.
- Estão inclusos nos valores propostos todas as condições para execução do objeto.
- Prazo de garantia contra defeitos de fabricação: xxxxx

Local e data.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



ANEXO IV – (MINUTA) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 013/2013

PROCESSO Nº 0271/2013

LICITAÇÃO Nº 039/2013 - Pregão Eletrônico

VALIDADE: até XX/XX/XXXX

Aos dias do mês de de 2013, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1.420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 e nº 44.787, ambos de 18.04.2008, nº 45.902, de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE ÚNICO -, com sede na,
em, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada
por seu, Sr(a)., residente em
....., portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº
.....

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de Notebooks e acessórios com suas licenças de uso de softwares, bem como assistência técnica durante o período de garantia, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital** e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 039/2013 - Pregão Eletrônico**.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no **Anexo I desta Ata**.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.



DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o **Termo de Contrato**.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar o **Termo de Contrato** poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

5.2. Demais condições de fornecimento constam no Termo de Referência e no Contrato.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **30 (trinta) dias corridos**.

6.1. Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues no COPAT – Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, situado na Rua Sócrates Alvim, nº 10 – Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.520-140, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COPAT, através dos telefones (31)3362-1303, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

6.2. Garantia e Assistência Técnica: conforme estabelecido no Termo de Referência e Contrato.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.



8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Termo de Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Termo de Contrato.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/2008.

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Termo de Contrato e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada o Termo de Contrato o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na COPAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.



9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18.04.2008, desde que devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no “Diário do Judiciário Eletrônico”, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do Termo de Contrato, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:



- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do inciso do II do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e demais disposições correlatas, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Termo de Contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.



DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxxxxxx de 2013.

Pelo TRIBUNAL:

JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Desembargador Presidente

Pelo Fornecedor:

XX

Testemunhas:



ANEXO I DA ATA – QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 013/2013)

LOTE	CÓDIGO TJMG	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
Único							



ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

GECONT/CONTRAT

Ct. nº. XXX/2013

CONTRATO

DE AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Afonso Pena, nº. 1.420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, a seguir denominado simplesmente **TRIBUNAL**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede em **XXXXXXXXXXXX/XX**, na Rua/Avenida **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nº **XXXXXX**, Bairro **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XX.XXX.XXX/000X-XX**, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada por seu/sua **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** Sr(ª). **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF. nº **XXX.XXX.XXX-XX**, celebram o presente contrato, mediante Ata de Registro de Preços nº. 13/2013 PROCESSO nº 271/2013 - Pregão Eletrônico de nº 039/2013, sujeitando-se ambas as partes à Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.2002, às Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, e nº. 14.167, de 10.01.2002, aos Decretos Estaduais nº.s 44.786 e 44.787, ambos de 18.04.2008, e nº. 45.902, de 27.01.2012, subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, mediante as seguintes Cláusulas e condições.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 1.200 (um mil e duzentos) microcomputadores de uso pessoal – Notebook, com seus acessórios e licenças de uso de softwares, bem como assistência técnica durante o período de garantia, conforme Especificações Técnicas contidas no **Anexo I** do Edital da Licitação 039/2013, bem como proposta da CONTRATADA, partes integrantes e inseparáveis deste Contrato.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização do serviço objeto deste contrato, serão realizados por servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da **Gerência de Suporte à Operação de Equipamentos - GEOPE**, da **Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR**.

2.1. O acompanhamento e fiscalização deste contrato pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA: Constituem obrigações das partes:

3.1. DO TRIBUNAL:

3.1.1. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

3.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Contrato, que estará condicionado ao fornecimento total das quantidades solicitadas em cada entrega.

3.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, justificando as razões da recusa.

3.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA, principalmente quando da prestação de serviços referentes à assistência técnica durante o período de garantia, que o será sem ônus para o Tribunal, assegurando-se da boa prestação e do bom desempenho do objeto deste contrato, controlando sua prestação e documentando a ocorrência de problemas, notificando-a, devidamente quando da ocorrência dos mesmos.

3.2. DA CONTRATADA:

3.2.1. Entregar no prazo estipulado, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital da Licitação 039/2013, os equipamentos novos e acondicionados em suas embalagens originais lacradas, identificadas por etiquetas, constando número de série do equipamento e o patrimônio.

3.2.2. Possibilitar ao TRIBUNAL efetuar vistoria nas instalações da CONTRATADA, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual.

3.2.3. Manter, durante a vigência do contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

3.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

3.2.5. Entregar os equipamentos no prazo e horário estabelecidos, na presença da fiscalização do TRIBUNAL, através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, comunicando antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

3.2.5.1. Comunicar à GEOPE, em até 02 (dois) dias do prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, informando a nova data de entrega, para avaliação pelo Tribunal.

3.2.5.2. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a sua substituição, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contado da data da notificação do dano.

3.2.6. Indicar o nome do representante responsável pela gestão do Contrato, informando endereço, telefone, fax e e-mail.

3.2.7. Acondicionar o material em embalagem de resistência compatível com o produto e com o meio de transporte adotado.

3.2.7.1. Todos os produtos fornecidos deverão obedecer aos padrões de qualidade e às normas técnicas de produção, não sendo aceitos, em hipótese alguma, produtos de material reutilizado ou recondicionado.

3.2.8. Prestar toda a assistência técnica durante o período de garantia, sem ônus para o Tribunal, substituindo qualquer remessa devolvida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações, sujeitando-se, além disso, às penalidades cabíveis.

3.2.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

3.2.10. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto, bem como todas as despesas relativas a embalagem, seguro, transporte, pessoal e quaisquer outras, oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e o TRIBUNAL.

3.2.11. Responder por todo e qualquer dano que causar ao TRIBUNAL ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do TRIBUNAL, que se reserva o direito de descontar os valores por tais danos, do pagamento a ser feito à CONTRATADA.

3.2.11.1. CONTRATADA autoriza ao TRIBUNAL a descontar o valor correspondente aos referidos danos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial;

3.2.12. Responder perante o TRIBUNAL por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado;

3.2.13. A ausência ou omissão da fiscalização do TRIBUNAL não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste instrumento;

3.2.14. Demonstrar e capacitar Equipe Técnica do Tribunal na utilização dos recursos de Gerenciamento Remoto dos Notebooks, em data devidamente agendada, em até 30 (trinta) dias após o início do Contrato.

3.2.15. Fornecer os drivers adequados para todos os dispositivos para o sistema operacional Windows 7 em Português (Brasil).

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁUSULA QUARTA: Os equipamentos deverão ser entregues no Galpão da COPAT - Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, situado na Rua Sócrates Alvim, 10, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA: Será de 40 (quarenta) meses, o prazo de vigência do presente contrato, contado a partir de sua assinatura, já incluído os prazos para entrega dos equipamentos, garantia e recebimento definitivo, prorrogável na forma do art.57, § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

DA GARANTIA

CLÁUSULA SEXTA: O prazo de **garantia dos equipamentos** e atendimento *on site* deverá ser de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data do recebimento definitivo.

6.1. A assistência técnica durante o período de garantia será executada *on-site*, em qualquer dependência do TRIBUNAL, na Capital e Interior de Minas Gerais, e utilizará apenas peças e componentes originais, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo TRIBUNAL.

6.2. O suporte de serviços compreenderá a prestação de manutenção técnica em garantia e de suporte técnico quanto ao uso de recursos do equipamento e quanto à solução de problemas.

6.5. Os serviços de assistência técnica durante o período de garantia serão realizados no horário de 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

6.6. A Contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente conta de e-mail para abertura de chamados de suporte técnico.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

6.6.1. Para todos os chamados abertos, deverá ser fornecido ao Tribunal, protocolo ou número do chamado técnico da Contratada para controle, devendo ser fornecido ao Tribunal, em até no máximo 01 (uma) hora útil.

6.6.2. O procedimento de abertura dar-se-á através de envio de evento/mensagem de *e-mail* customizada e automatizada em solução própria informatizada do Tribunal, cujo modelo padrão deverá ser formalizado entre as partes.

6.6.3. Deverão ser fornecidas obrigatoriamente pelo Tribunal as seguintes informações:

- a) Número de série do equipamento;
- b) Defeito observado;
- c) Usuário responsável pela abertura/solicitante;
- d) Localização e endereço;
- e) Número de chamado interno de registro no Tribunal;
- f) Data de solicitação de chamado no Tribunal.

6.7. O prazo para solução será de no máximo 02 (dois) dias úteis para todas as Comarcas do Estado de Minas Gerais e localidades do TJMG da Capital relacionadas no Anexo IA do Edital da Licitação n.º 039/2013.

6.8. Considera-se prazo para solução do problema o período compreendido entre a abertura do chamado na Contratada e o término da solução, deixando o equipamento em condições normais de operação.

6.9. A Contratada deverá emitir um Relatório de Atendimento Técnico – RAT, para cada chamado de manutenção, atendido e concluído, no qual constem os horários de chamado, de início de atendimento e de conclusão dos serviços, o número da Ordem de Serviço, bem como a identificação dos equipamentos que apresentarem defeito, incluindo o patrimônio do TJMG, número de série, serviços executados, solução aplicada, responsável pelo serviço e quaisquer outras anotações pertinentes.

6.9.1. Em periodicidade a ser acordada entre as partes, cópia digital de cada Relatório de Atendimento Técnico individualizada deverá ser encaminhada pela Contratada ao TJMG. Deverá também ser encaminhada planilha eletrônica contendo número de série do equipamento, número do chamado da Contratada e data/hora de encerramento do chamado para fins de encerramento em sistema próprio do TJMG, caso a mesma não opte pelo subitem **6.9.3** deste Contrato.

6.9.2. Quando do encerramento de quaisquer chamados pela Contratada em sua solução informatizada própria, a mesma deverá providenciar neste instante, a customização e envio de evento/mensagem de e-mail customizada para conta de e-mail do Tribunal. Este procedimento deverá ser formalizado entre as partes.

6.9.3. À critério da Contratada, alternativamente ao subitem **6.9.2** deste Contrato, poderá utilizar de sistema próprio do Tribunal, para que os chamados serão encerrados com preenchimento das informações de solução, data, técnico que efetuou o encerramento, no ato do seu encerramento no local de atendimento.

6.10. Constatada a necessidade de remoção do equipamento das instalações do TJMG, a Contratada deverá substituí-lo imediatamente por outro idêntico ou superior, instalar todo o software e configurá-lo adequadamente, sem qualquer ônus para o TJMG, sendo que quando do retorno do equipamento original, deverá ser restabelecida de igual forma as configurações originais.

6.11. Independente da substituição mencionada no parágrafo anterior, a Contratada deverá substituir definitivamente o equipamento por outro idêntico ou superior ao original, novo, sem ônus para o TJMG, caso os vícios constatados não sejam sanados no período de até 30 (trinta) dias úteis contados da abertura do chamado de assistência técnica.

6.12. Deverá ser garantida uma disponibilidade de 90% (noventa por cento) no funcionamento dos equipamentos para cada 03 (três) meses consecutivos. A cada mês, será levantado o índice de disponibilidade de cada equipamento instalado dos últimos 03 (três) meses. Os equipamentos que não atingirem a meta de 90% (noventa por cento) de disponibilidade poderão ser substituídos a critério do Tribunal por outros de características e especificação idênticos, novos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de notificação pelo Tribunal. Para efeito do cálculo de disponibilidade dos



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

equipamentos será considerado o período compreendido entre 08h00min e 18h00min, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

6.13. Detectada a necessidade de troca de disco rígido, é de responsabilidade da Contratada a:

- a) reconfiguração de novo disco com o padrão de imagem definido pelo TRIBUNAL;
- b) contato com Equipe de Suporte especializada do TRIBUNAL de forma a possibilitar por parte de técnico da Contratada a configuração de políticas de rede e de acesso para garantir o pleno funcionamento do notebook.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA: O TRIBUNAL pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº. **1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.07 – Equipamentos de Informática**, conforme discriminado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Valor	
			Valor Unit.	Valor Total
1	MICROCOMPUTADOR PESSOAL NOTEBOOK- MARCA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	1200	R\$ X.XXX,XX	R\$ XXXXX.XXX,XX
VALOR TOTAL				R\$ XXXX.XXX,XX

7.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das despesas com transportes, frete, testes, assistência técnica durante o período de garantia, as quais correrão por conta da CONTRATADA.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA deverá apresentar, na Gerência de Suporte à Operação de Equipamentos – GEOPE/DIRFOR, situada na Av. Contorno, nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, nota fiscal contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, devendo, ainda, estar acompanhada do comprovante de execução dos serviços, além dos originais das certidões negativa de débito junto ao INSS e FGTS, CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal (válidas e regulares).

8.1. O TRIBUNAL, por meio da GEOPE/DIRFOR, terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, após o recebimento da documentação acima discriminada, para a conferência dos materiais recebidos e envio da documentação fiscal da contratada para pagamento, juntamente com Termo de Recebimento ou ateste no verso da Nota Fiscal.

8.2. A Diretoria-Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN do TRIBUNAL terá até o 5º (quinto) dia útil para efetivação do pagamento, em depósito na conta bancária da CONTRATADA, após o recebimento da documentação supracitada.

8.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

8.4. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento da CONTRATADA os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

8.5. Não serão pagos os equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações que integram este contrato.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito a compensação financeira.

8.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA NONA: Os equipamentos e serviços serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

9.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) Devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) Nas quantidades estabelecidas;
- c) No prazo, local e horário de entrega previstos neste contrato;
- d) De acordo com as especificações técnicas solicitadas.

9.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) Verificação física para constatar a sua integridade;
- b) Verificação da conformidade com as quantidades e especificações solicitadas.

9.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada por dois servidores da **Gerência de Suporte à Operação de Equipamentos - GEOPE, da Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR.**

9.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

9.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA: Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) No que tange ao fornecimento dos notebooks, acessórios e softwares, a multa será aplicada, observados os seguintes limites:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado.
 - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) No que tange à assistência técnica de garantia, a multa será aplicada, observada os seguintes limites:
 - c.1) Em período de três meses (trimestre), atendimento entre 80,1% e 85% dos Acordos de Níveis de Serviços contratados, multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor total contratado.
 - c.2) Em período de três meses (trimestre), atendimento entre 70,1% e 80% dos Acordos de Níveis de Serviços contratados, multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total contratado.
 - c.3) Em período de três meses (trimestre), atendimento inferior a 70% de Acordos de Níveis de Serviços contratados, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.
- d) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo TRIBUNAL e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas.
- e) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº. 44.431/06 e alterações posteriores.

10.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

10.2. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo TRIBUNAL, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observado os limites legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira sem autorização expressa do TRIBUNAL, bem como:

12.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

13.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

13.2. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

13.2.1. A não-apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como:

a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que conveniente para o TRIBUNAL.

c) Por Incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante e a prestação dos serviços.

14.1. Ocorrendo a rescisão contratual, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para qualquer ação oriunda do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES
Presidente

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXX